

ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE PARA OS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA: uma visão no Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Alessandra Fortes Gabino Araújo¹

Danielle Santos da Silva Carvalho²

Richard Medeiros de Araújo³

Gilseberg Gurgel Pinheiro⁴

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa é identificar as dificuldades que os alunos com mobilidade reduzida enfrentam no exercício do direito de ir e vir dentro do IFRN. A pesquisa de caráter quantitativo foi coletada informações sobre as condições de acesso e permanência desses alunos. Foi possível observar a eficácia, abrangência e grau de satisfação da aplicação dessa medida inclusiva frente aos alunos Portadores de Deficiência Física com dificuldade de locomoção. Não existe ainda um processo de conscientização por parte do IFRN no sentido de se buscar a inclusão desses usuários no ambiente da Instituição. Este estudo explana a nítida falta de estrutura, informação e condição, em relação às necessidades da população de Portadores de deficiência do Campus analisado, o que demanda uma série de

¹ Especialista em Gestão Pública pelo UNIFACEX

² Especialista em Gestão Pública pelo UNIFACEX

³ Doutor em Administração e professor da UNIFACEX/UFRN

⁴ Mestre em engenharia de produção e professor do UNIFACEX

treinamentos e palestras sobre o assunto como forma de minimizar a falta de informação e melhoraria da qualidade de vida dos seus usuários.

PALAVRAS-CHAVE: ACESSIBILIDADE. PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA. IFRN. POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE.

INTRODUÇÃO

O direito de ir e vir, amparado pela Constituição Federal Brasileira, em seu 5º artigo, inciso XV, muitas vezes não está assegurado em sua plenitude, como por exemplo, nos casos dos portadores de deficiência física, onde em inúmeras circunstâncias supõe-se o desrespeito e o não cumprimento do texto legal, relacionados à acessibilidade e locomoção.

No tocante à deficiência física, Prado (2009, p. 38) salienta que,

A deficiência física refere-se ao comprometimento do aparelho locomotor que compreende o sistema ósteo-articular, muscular e nervoso. Uma das doenças mais famosas em relação à locomoção é a paraplegia e a tetraplegia, são causadas por acidentes que danificam o sistema ósseo. Além dessas doenças, existem outras causadas por atrofiamento dos músculos, e/ou problemas de parto

Destarte, é importante salientar que a integração do deficiente está ligada acessibilidade. De acordo com Feijó (2002, p. 123) “a integração do portador de deficiência antecede à inclusão e pressupõe três níveis básicos: social - de acesso aos bens, à educação, saúde, trabalho e lazer, seja qual for à deficiência”.

Assim, segundo Feijó (2002, p. 124), “a problemática da integração está no fato de, tradicionalmente, os deficientes não serem entendidos e assumidos como sujeitos ‘culturalmente’ completos”.

Essa perspectiva, passiva e negativa, da deficiência física precisa ser vencida e percebida como uma característica individual, quando ocorrerem investimentos nas capacidades e tiverem as limitações facilitadas por melhorias no ambiente. A deficiência física deve ser encarada mais do ponto de vista social, e menos biológico, de forma que se delineie um novo paradigma, onde as diferenças sejam compreendidas com naturalidade, possibilitando a convivência entre os diferentes. O ilustre jurista Rui Barbosa já explanava de forma acertada sobre o tema da igualdade, quando afirmou em sua obra “Oração aos moços” que, “igualdade é tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que eles se desigualem” (BARBOSA, 1997, p. 26).

Uma das visões condizentes com esse tema, é a visão de quem vivencia tal celeuma, assim sendo, valoriza-se cada ponto aqui pesquisado e estudado, podendo crer que promover a acessibilidade no ambiente construído é proporcionar condições de mobilidade, com autonomia e segurança, eliminando barreiras arquitetônicas desnecessárias. Sob este aspecto, um espaço construído dentro dos preceitos da acessibilidade deve ser capaz de proporcionar aos seus usuários oportunidades igualitárias.

Diante do exposto, a avaliação das políticas públicas é um assunto que merece destaque no presente estudo, devido aos benefícios que a implantação destas, quando relacionadas ao favorecimento da acessibilidade, podem trazer a uma cidade em geral ou a lugares específicos. A inclusão de políticas públicas nessa direção só contribui para gerar mais recursos para o local, pois torna possível a inclusão de pessoas que nunca se imaginaram ativas, e que podem vir a se locomoverem sem constrangimentos, contribuindo com sua força produtiva para o local.

Diante de tal situação, este artigo tem por objetivo, estabelecer uma análise sobre a acessibilidade e a locomoção dos deficientes físicos nas dependências do

Campus Natal Central do IFRN. Como vem sendo distribuído o acesso e locomoção em todas as áreas do Campus? Quais as soluções viáveis a curto e médio prazo para integrar esses portadores de deficiência no IFRN, de forma isonômica, sem que haja a chamada discriminação positiva ou ação afirmativa (reservas de cotas)?

Tal estudo foi motivado pelas dificuldades enfrentadas pelos alunos, servidores e usuários, portadores de deficiência física de locomoção que circulam diariamente pelo Campus do IFRN, observadas em diversas visitas de campo. É sabido que a problemática da acessibilidade e locomoção que os deficientes físicos enfrentam todos os dias no IFRN carece de um estudo detalhado a fim de que se apontem soluções, visto que tal problemática contribui diretamente para a exclusão social dos mesmos em relação aos outros alunos, servidores e usuários do Campus.

Assim, por meio de uma abordagem quantitativa, tendo como universo de pesquisa pessoas que circulam no IFRN que são portadoras de deficiência, aplicou-se um questionário para explicar descritivamente o objeto da investigação.

O artigo está estruturado em cinco partes: a primeira se refere à questão da Instituição onde foi a pesquisa empírica, a segunda trata da construção do referencial teórico, na terceira abordou-se a metodologia, na quarta as análises e discussões, colimando com as considerações finais

1 A EDUCAÇÃO COMO FOCO E DEFICIÊNCIA FÍSICA COMO OBSTÁCULO

O IFRN tem como função social ofertar educação profissional e tecnológica de qualidade referenciada socialmente e de arquitetura político-pedagógica capaz de articular ciência, cultura, trabalho e tecnologia – comprometida com a formação humana integral, com o exercício da cidadania e com a produção e a socialização do conhecimento, visando, sobretudo, a transformação da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça sociais (PORTAL IFRN).

A busca pela competência técnica permeia todos os níveis de ensino oferecidos - desde a formação inicial e continuada de trabalhadores, a formação profissional de nível médio (integrados e subsequentes) e superior (licenciaturas, cursos de tecnologia e pós-graduação).

A oferta dessa educação de qualidade está acessível a todos, inclusive aos portadores de deficiência física (PDF), é sabido que estes circulam diariamente nas suas instalações. Porém, ao buscar essa educação de qualidade e gratuita, os alunos PDF podem encontrar limitações devido aos obstáculos arquitetônicos e ambientais do Campus.

De acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com deficiência da Organização das Nações Unidas – ONU, “Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas”. Nesse mesmo liame, a ONU acima mencionada, trata a deficiência física de locomoção como, “Todo comprometimento da mobilidade, causado por lesões neurológicas, neuromusculares e ortopédicas ou ainda por má formação congênita ou adquirida”.

O último censo realizado pelo IBGE em 2010 revelou que o Brasil tem 190.732.694 milhões de habitantes, sendo que desse total, cerca de 24% declararam possuir algum tipo de deficiência, enquanto 2,3% declararam possuir deficiência motora severa. No Rio Grande do Norte, numa população de 3.168,027 milhões de habitantes, 10 % deles, ou seja, aproximadamente 13,6 mil pessoas, possuem algum tipo de deficiência física de locomoção e constituindo-se, portanto, alvo de políticas públicas inclusivas.

Segundo matéria publicada no Jornal Tribuna do Norte, no dia 28 de abril de 2012, o Rio Grande do Norte é um dos Estados brasileiros com o maior índice de pessoas com um ou mais tipos de deficiência (visual, motora, auditiva e/ou

mental/intelectual). No total, são 882.022 potiguares portadores de pelo menos um destes problemas. O índice corresponde a 27,8% do total da população e é o mesmo da Paraíba, conforme dados do Censo 2010.

1.2 IMPORTÂNCIA E DISTINÇÃO ENTRE ACESSIBILIDADE E LOCOMOÇÃO

Hodiernamente, observa-se ainda que as pessoas com deficiência de locomoção encontram-se longe de terem garantidas sua autonomia, segurança e até mesmo confiança e comodidade para se locomoverem na maioria das cidades brasileiras, pois estas foram projetadas sem considerarem a existência de pessoas com condições físicas diferentes, mesmo tendo direitos e deveres iguais. Da mesma forma, parte das construções, sobretudo, as mais antigas, e aí se inclui parte das construções públicas do século passado, foram concebidas sem contemplar qualquer condição de locomoção e mobilidade para as pessoas com limitações e deficiências físicas.

Diante disso, os cidadãos acometidos por algum tipo de deficiência, limitação física ou mobilidade reduzida quando precisam utilizar-se desses espaços podem sentirem-se frustrados, humilhados e muitas vezes até martirizados, por não conseguirem igualdade de condições dos demais cidadãos.

Nesse mesmo sentido, Prado (2009, p. 111).salienta:

É nesse momento que se mostra que o impedimento não está na pessoa, mas sim na relação da mesma com o ambiente. Portanto, é o meio ambiente que é deficiente, não possibilitando acesso a todas as pessoas, não lhes proporcionando a equiparação de oportunidades.

Como já mencionado, consoante ao elevado índice de cidadãos que detém alguma deficiência física no Brasil, conforme os dados do último IBGE, é necessário

pensar nos ambientes que lhes são oferecidos, uma vez que sua locomoção, em consequência da sua deformidade congênita ou adquirida, é difícil e árdua. Se a acessibilidade não for contemplada, essas pessoas continuarão à margem da sociedade, sofrendo preconceitos daquelas consideradas como normais. Assim sendo, deve-se fazer as devidas diferenciações entre locomoção e acessibilidade, pois, embora as duas apresentem diferentes significados, muitos ainda fazem interpretações equivocadas de ambas.

Segundo o Novo Dicionário da Língua Portuguesa, a locomoção ocorre quando uma pessoa se locomove, ou seja, anda, move-se de um lugar para outro, já a acessibilidade está relacionada ao lugar em que essa pessoa anda ou se move, julgando se existe uma entrada adequada, se é de fácil acesso, se tem uma estrutura física feita para receber qualquer tipo de pessoa, seja ela com deficiência ou não.

Nesta direção, Ferreira, interpreta a locomoção e a acessibilidade da seguinte maneira: “Locomoção [Do fr. locomotion.] Substantivo feminino. 1. Ato ou efeito de andar ou de transportar-se de um lugar para outro, de locomover-se (FERREIRA, 2004, p. 1224).

Acessibilidade [Do lat. tard. accessibilitate.] Substantivo feminino. 1. Qualidade de acessível. 2. Facilidade na aproximação, no trato ou na obtenção. 3. Educ. Esp. Condição de acesso aos serviços de informação, documentação e comunicação, por parte do portador de necessidades especiais (q. v.)

Destarte, é possível compreender que a acessibilidade deve ser vista especificamente como algo que as pessoas que possuem alguma deficiência devem demandar dos lugares que pretendem frequentar e não conseguem fazê-lo, pela sua inexistência ou precariedade. Assim sendo, passa-se a entender a acessibilidade da

mesma forma que a ABNT: Acessibilidade: é a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos (NBR-9050/90 da ABNT). Portanto, a acessibilidade garante aos cidadãos com deficiência a possibilidade de sentirem-se iguais perante aos cidadãos que não tem limitações físicas, em um ambiente equilibrado e resguardando o direito constitucional de ir e vir a todos.

Do contrário, têm-se o que pondera Duarte e Cohen (2004, p. 6).

A falta de acessibilidade do espaço construído às pessoas com deficiência, acelera ainda mais o processo de afastamento de convívio, fazendo com que a exclusão espacial e a exclusão social tenham o mesmo significado. Portanto, muitas das limitações e incapacidades de algumas pessoas se deve à deficiência do espaço construído de abrigar diversidades, demonstrando que “a deficiência em si não é o fator causador da imobilidade e sim a falta de adequação do meio (DUARTE; COHEN,

Do mesmo modo, muitos ambientes das cidades, assim como o caso em estudo das instalações do IFRN, apresentam várias interferências e barreiras arquitetônicas, que tornam impraticável a livre locomoção das pessoas com deficiência, pois com frequência se deparam com obstáculos que acentuam suas limitações, impedem a expressão de suas habilidades e circulação de maneira segura e independente pelas calçadas e acessos. Tais barreiras contribuem por desestimular essas pessoas a saírem de casa, a pé ou motorizadas, obrigando-as a verem, segundo Rabelo (2008, p.15), “a vida passar através das janelas” e privando-as de ir ao encontro do exercício pleno da cidadania com direito à educação, saúde e trabalho.

1.3 Disposições legais sobre a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência

O artigo 1º da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, determina normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência, conforme se pode observar no trecho a seguir transcrito:

Art.1º. Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação (BRASIL, 2000).

A mesma lei estabelece que para permitir o acesso da pessoa com deficiência física, todas as escolas devem eliminar suas barreiras arquitetônicas tendo ou não alunos com deficiência matriculados no momento.

A matéria de que trata o disposto nos artigos 1º e 2º da referida Lei no tocante à eliminação de limitações e obstáculos arquitetônicos, tem embasamento legal constitucionalmente reconhecido nos artigos 227, § 2º e 244 da Constituição Brasileira, conforme breve análise de seus textos:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

(...)

§ 2º - A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a

fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

Art. 244. A lei disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência, conforme o disposto no art. 227, § 2º.

Ainda sobre o tema, Feijó (2001, p. 96) afirma em sua obra que “quando os recursos existentes na própria escola mostrarem-se insuficientes para melhor compreender as necessidades educacionais dos alunos e identificar os apoios indispensáveis, a escola poderá recorrer a uma equipe multiprofissional”.

Uma equipe multidisciplinar, composta por educadores, pedagogos, engenheiros, arquitetos, psicólogos e fisioterapeutas, poderá contribuir para o bem-estar dos alunos portadores de deficiência física (PDF) no seu ambiente escolar. A formação de um quadro de profissionais de várias áreas pode auxiliar os dirigentes de uma instituição de ensino a formular políticas que apresentem mudanças e inovações nos espaços físicos, proporcionando melhorias nos ambientes e fornecendo avanços nas condições de acesso e permanência dos alunos PDF, mas também nas pessoas (docentes, funcionários etc.), doutrinando-as na abordagem aos alunos PDF, propiciando sua inclusão no ambiente escolar e, como consequência disso, melhorando seu rendimento.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSIBILIDADE

Através do presente estudo foi possível perceber que o Brasil possui inúmeros preceitos legais no que se refere às políticas de acessibilidade. Tais preceitos garantem aos portadores de alguma deficiência física e/ou de locomoção o direito de ir e vir, o direito de acesso à educação, aos bens culturais, aos espaços públicos entre outros.

Em consonância com a legislação pertinente, existem as políticas especializadas, as quais são denominadas políticas públicas, como o “Programa Brasileiro de Acessibilidade - Brasil Acessível”, que promove a acessibilidade urbana. Este foi lançado em junho de 2004 pelo Ministério das Cidades e em 2006 elaborou seis manuais, cada um com temática específica para a promoção da acessibilidade nas cidades. Os mesmos incluem desde as questões voltadas para

infraestrutura física, criação de políticas municipais de acessibilidade, sensibilização das pessoas no geral referentes ao convívio com as pessoas com deficiência e ou com mobilidade reduzida. E apesar de relativamente antigos, são ainda os mais completos da atualidade no que tange ao tema da acessibilidade.

Ressalta-se que o objetivo central do programa é “incluir uma nova visão no processo de construção das cidades que considere o acesso universal ao espaço público por todas as pessoas e suas diferentes necessidades” (BRASIL, 2006). Tal programa evidencia ações para estimular e apoiar os governos municipais e estaduais na promoção da acessibilidade.

Ao interpretar o verdadeiro propósito do Programa Brasil Acessível, percebe-se que a esfera do Governo Federal transfere aos Estados e Municípios brasileiros a incumbência de realizar ações que promovam a promoção da acessibilidade por meio dos direcionamentos do Ministério das Cidades.

De acordo com Sousa (2011 p. 118),

A elaboração dos instrumentos de tomada de decisões carece sempre colocar em pauta os princípios da sustentabilidade urbana, além de envolver órgãos diversos como instituições de ensino, associações de pessoas com deficiência e ou mobilidade reduzida, organizações não governamentais, entre outros.

Compreende-se que a acessibilidade é para todos, uma vez que a eliminação de barreiras, tanto arquitetônicas quanto físicas, facilita não só a vida das pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, mas também pessoas em boas condições de mobilidade, pois qualquer pessoa está sujeita a ter alguma deficiência ou redução de mobilidade, de modo permanente ou não.

No que diz respeito à legislação que elenca diretrizes sobre políticas públicas de acessibilidade, é importante tratar sobre o Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Viver sem Limite, criado em 2011 e sancionado pelo

Decreto nº 7.612, de 17 de novembro do mesmo ano, que deve ser executado pela União em cooperação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e com a sociedade, deverá garantir ao deficiente físico, o acesso físico às nas dependências dos prédios onde funcionem os serviços do sistema judiciário, tais como Fóruns, Defensorias, Promotorias e Delegacias, através da sua adequação e eliminação das barreiras físicas, assegurando-os também quanto aos procedimentos processuais, a exemplo das pessoas com deficiência auditiva, onde o Código de Processo Civil vigente prevê interpretes para traduzir a linguagem de libras – para surdos e mudos, conforme o seu artigo 151, III.

Assim sendo, entende-se que o Plano Viver Sem Limites, quando empregado de forma poderá indicar ações que englobem todos os governos, a sociedade entendida como o terceiro setor, as universidades, os conselhos entre outros, para regular o cumprimento das ações propostas. Todavia, faz-se necessário uma participação ativa, especialmente da sociedade, por ser esta uma representação muito importante e que pode direcionar debates e soluções, respeitando a diversidade humana e a especificidade de cada contexto sociocultural e geográfico em que os sujeitos com deficiência e ou mobilidade reduzida estão situados.

2 METODOLOGIA

Minayo (1999, p. 23), relata que, “pesquisa é uma atividade de aproximação sucessivas da realidade, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados.”.

Trata-se de um estudo de caso quantitativo, de caráter descritivo. De acordo com Cervo e Bervian (1996, p. 48), “estudo de caso é a pesquisa sobre um determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade que seja representativo do seu universo”.

A pesquisa de estudo de caso caracteriza-se pela análise em profundidade das organizações. Conforme Acevedo (2007, p. 52), “O estudo de caso como

estratégia de pesquisa é um método que compreende o planejamento, as técnicas de coleta de dados e as abordagens de análise dos dados”.

Em relação ao método de estudo, o atual trabalho é uma pesquisa descritiva, sobre a qual se pode entender, conforme Gil(2002, p. 42).

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

Diante da ideia exposta, a pesquisa tem como função traçar determinados fenômenos ou fatos que sejam de interesse de quem está a produzindo. A descrição geralmente se faz por meio de uma relação de características capazes de fornecer um perfil mais ou menos preciso acerca daquilo que se pretende descrever, mediante a uma delimitação de tempo, através de uma coleta de dados aleatórios de pessoas, onde, neste caso, analisou-se a questão da acessibilidade para os portadores de deficiência física adotadas pelo Campus Natal-Central do Instituto Federal do Rio Grande do Norte.

O universo de pesquisa consiste no número total de sujeitos a serem pesquisados, o que para Lakatos e Marconi (1995, p. 53) “representam um conjunto de seres que apresentam características em comum”. Neste trabalho, o universo amostral compreende 100 (cem) usuários do Campus, sendo a amostra de vinte usuários entrevistados em um período de 10 dias, no mês de setembro de 2013, entre eles, alunos, servidores e usuários frequentes, todos portadores de deficiência de mobilidade. A amostra é não probabilística e selecionada ao acaso, ou seja, amostra por conveniência. Significa uma pequena parte selecionada do universo,

onde um subconjunto do universo, contendo um determinado número de elementos representa estatisticamente o universo pesquisado.

De acordo com Mattar (2006, p.129) “a essência de uma boa amostra consiste em estabelecer meios para inferir, o mais precisamente possível, as características da população através das medidas das características das amostras”. Os usuários mencionados representam um papel significativo na coleta dos dados, já que são responsáveis pelas informações prestadas.

O questionário abrange perguntas abertas e objetivas sobre a disposição dos acessos aos portadores de deficiência física ou de locomoção no interior do Campus, considerando alguns aspectos da análise como: ótimo, bom, regular, ruim e aspectos tangíveis, o que facilitou sua execução assim como proporcionou aos investigados opções de alternativas.

Segundo Roesch (1999, p. 121) “o questionário é um instrumento de coleta de dados que busca mensurar alguma coisa”.

Na compreensão de Lakatos e Marconi (2002, p. 65) , ainda sobre os questionários, é preciso esclarecer que este pode ser considerado:

Um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito. O questionário apresenta vantagens como economia de tempo, obtém grandes números de dados, atinge maior número de pessoas simultaneamente, obtém respostas rápidas e precisas, há maior liberdade nas respostas, em razão do anonimato, há mais tempo para responder e em hora mais favorável.

Cervo e Bervian (2007, p. 53) afirmam que “o questionário é a forma mais usada para coletar dados, pois possibilita medir com mais exatidão o que se deseja”. O questionário é uma ferramenta que ao ser utilizado demonstra também o nível de satisfação dos usuários que frequentam o Campus Central do IFRN, considerando diversos aspectos relacionados à acessibilidade.

Fundamentando o tipo e os objetivos da pesquisa, os dados foram tratados de forma quantitativa, com princípio nas alternativas proposta no questionário.

Para a tabulação e análise quantitativa dos dados utilizou-se o aplicativo, Microsoft Excel, uma vez que esta planilha é adequada para tratamento de dados simples. Sendo tabulados e analisados os dados, confrontando com conceitos definidos no referencial teórico, apresentaram-se com a geração dos gráficos, tornando-se assim uma maneira eficaz de tratamento de dados e de fácil compreensão.

De acordo com McCarty e Perreault (1997, p. 109) “Após a coleta de dados, eles devem ser analisados para se decidir o que significam”, ou seja, depois dos dados serem coletados será confirmado. Na opinião de Sâmara e Barros (1997, p. 79), “tabulação é a padronização e codificação das respostas de uma pesquisa. É a maneira ordenada de dispor os resultados numéricos para que a leitura e análise sejam facilitadas”. Assim, os dados foram tratados por meio da estatística descritiva.

2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A INSTITUIÇÃO EM ANÁLISE

Em 23 de setembro de 1909, o presidente Nilo Peçanha assinou o Decreto que autorizava a criação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices e Natal foi uma das cidades beneficiadas, dando início à história do Instituto Federal de Educação, Tecnologia e Ciências do Rio Grande do Norte. Instalada em janeiro de 1910 no antigo Hospital da Caridade, onde atualmente funciona a Casa do Estudante de Natal, a Escola de Aprendizes Artífices oferecia curso primário, de desenho e oficinas de trabalhos manuais. Em 1914, a instituição transfere-se para a Avenida Rio Branco, ocupando, durante 53 anos, o edifício nº 743, construído no início do século XX, anteriormente ocupado pelo Quartel da Polícia Militar (PORTAL IFRN).

Em 1937, frente à reforma instituída pela Lei do Ministério da Educação e Saúde de nº 378, a Escola de Aprendizes Artífices passou a denominar-se Liceu

Industrial de Natal. Nessas mesmas instalações da Avenida Rio Branco, em 1942, o Liceu recebe a denominação de Escola Industrial de Natal, passando a atuar, vinte anos depois, na oferta de cursos técnicos de nível médio, e se transformando, em 1965, em Escola Industrial Federal (PORTAL IFRN).

Com a inauguração da sua nova sede, na Avenida Senador Salgado Filho, no bairro do Tirol, a escola transfere-se em 1967 para as instalações onde hoje funciona o Campus Natal-Central do IFRN, recebendo, no ano seguinte, em 1968, a denominação de Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte - ETFERN, por isso a história do Campus Natal-Central do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, se confunde com a própria trajetória da Instituição e sua atual configuração é resultado das transformações da instituição desde sua fundação (PORTAL IFRN).

Cumprase informar que até 1994, quando foi inaugurada a primeira Unidade de Ensino Descentralizada da antiga ETFERN, a Uned/Mossoró, o Campus Natal Central constituía a única sede da Instituição.

Com o passar dos anos, a ETFERN extingue os cursos industriais básicos e passa a concentrar-se no ensino profissionalizante de 2º grau. Em 1975, é registrada pela primeira vez a presença feminina entre os alunos dos cursos regulares da instituição.

Outro ponto apontado pelo site institucional foi quando em 1994, iniciou-se o processo de "cefetização" da ETFERN, culminando, em 1999, com sua transformação em Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET, 2013), cujos desafios, de acordo com a referida página na internet incluíam,

A oferta de educação profissional nos níveis básico, técnico e tecnológico, além do ensino médio. Sua atuação no ensino de 3º grau começou com a oferta de cursos de graduação tecnológica, ampliando-se, posteriormente, para os cursos de formação de professores, as licenciaturas. Mais recentemente, a instituição passou a atuar também na educação profissional vinculada ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos e no ensino a distância

A expansão da rede federal de educação tecnológica no Rio Grande do Norte teve início em 1994 com a inauguração da Unidade de Ensino Descentralizada de Mossoró. Doze anos depois, o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), amplia a atuação da rede federal no Estado, implantando, em 2006, as Unidades de Ensino da Zona Norte de Natal, de Ipanguaçu e de Currais Novos.

Em 2007, entrou em ação a segunda etapa do Plano de Expansão da Rede, no qual o Rio Grande do Norte passou a contar com outras sete unidades, nos municípios de Apodi, Pau dos Ferros, Macau, João Câmara, Santa Cruz e Caicó, onde o CEFET – RN é transformado em Instituto Federal do Rio Grande do Norte, com o oferecimento de cursos superiores e de pós-graduação. Atualmente, o IFRN, em sua terceira fase de expansão, inaugurou mais três Campus, em Ceará-Mirim, São Paulo do Potengi e Canguaretama, e já inicia sua quarta fase com as unidades de ensino provisórias (UEPs), ainda em construção, em Parelhas e Lajes (PORTAL IFRN).

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

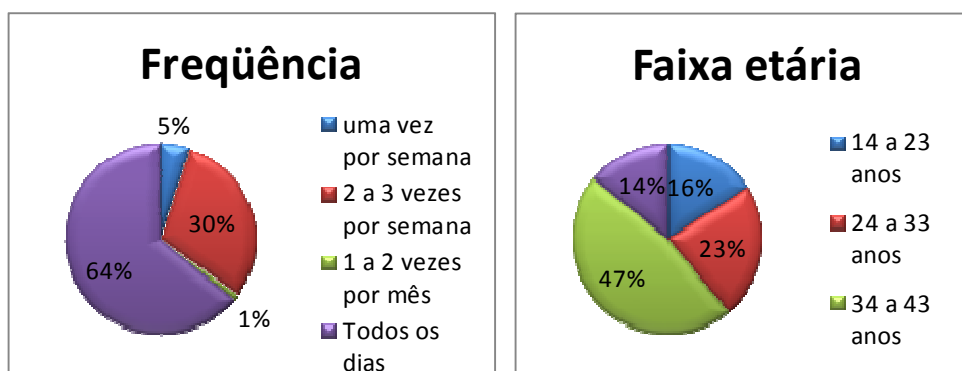
Na análise dos resultados, foram constatadas as necessidades dos servidores, alunos e usuários do Campus em geral, portadores de deficiência física, através da identificação das dificuldades destacadas como recorrentes no Campus Natal-Central do IFRN. Diante disso, possibilitou-se apontar os caminhos que podem propiciar o desenvolvimento de uma política pública com menos impedimentos.

O processo de estabelecer uma política pública ligada à mobilidade e acessibilidade eficaz tem como propósito a mobilização da sociedade para perceber as diferenças humanas, sagrando-as como uma importância a ser reconhecida e adotada por todos, considerando que a uma das características primordiais do ser humano é a pluralidade, sejam elas em todos os aspectos. Reconhecer essas

diferenças e, neste caso em estudo, desenvolver uma acessibilidade e mobilidade que permitam a integração é algo a ser conquistado, pois “uma instituição inclusiva é uma instituição de boa qualidade, para todos, com todos e sem discriminação” (CARVALHO, 2002, p.113).

Primeiramente foram analisados o perfil dos PDF's quanto à faixa etária e frequência de visitação ao Campus Natal Central, como mostram os gráficos a seguir:

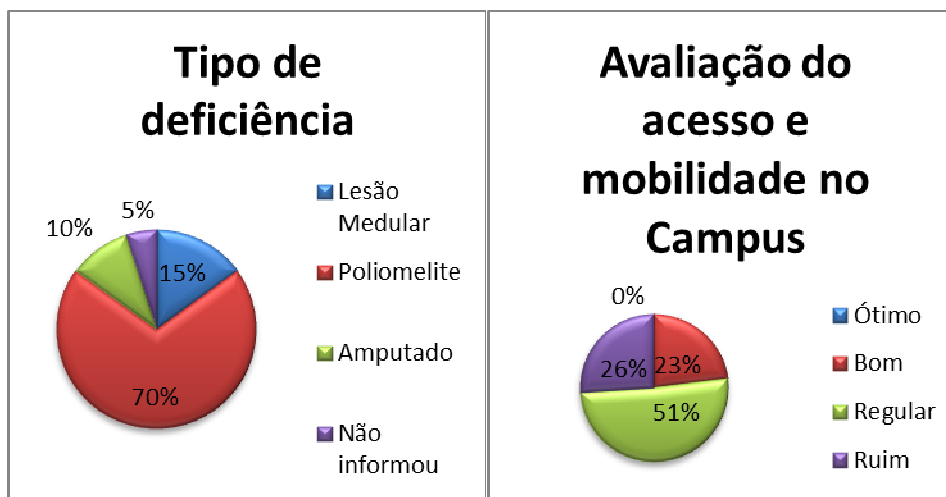
Gráfico I – Faixa etária e Frequência ao Campus



Fonte: Dados primários (2013)

Pela coleta de dados, como é observado no Gráfico I, que 47% dos pesquisados têm mais de 30 anos de idade, o que implica em maior experiência de vida e maior compreensão acerca das exigências de acesso e mobilidade em locais públicos. Através do Gráfico I, constata-se que as pessoas que responderam ao instrumento de coleta frequentam constantemente aquele Campus, 64% todos os dias e 30% de duas a três vezes por semana, ratificando, pois, devido a grande frequência dos usuários ao Campus em estudo, a noção real que cada um vem a ter das áreas que compõe o Instituto e de toda a estrutura ali instalada pra receber os portadores de deficiência.

Gráfico II – Tipo de deficiência e Avaliação de Acesso



Fonte: Dados primários (2013).

Conforme o Gráfico II, os entrevistados assinalaram seu tipo de deficiência, deve se dar atenção para aqueles que possuem lesão medular, 15%, que são os cadeirantes propriamente ditos, mais prejudicados com a deficiência na acessibilidade e mobilidade no Campus Natal-Central do IFRN.

Já o Gráfico avaliação do acesso e mobilidade demonstra o grau de satisfação do entrevistado frente à questão da acessibilidade e locomoção nas dependências do Campus em estudo. Verifica-se que ninguém avaliou o acesso e mobilidade do Campus como “Ótimo” e que mais da metade dos entrevistados, 51%, o avaliaram como “Regular”, isso quer dizer que falta muito ainda pra que se execute uma política pública para acessibilidade e mobilidade de forma eficaz e ativa. Vê-se o alto índice de usuários com poliomielite que frequentam o IFRN, que é uma doença infecciosa viral, transmitida de pessoa para pessoa e não se constata uma estrutura 100% preparada pra receber esses usuários, que não dispõe de banheiros próprios adequados, nem de corrimões de acesso, por exemplo.

Para os seus atuais e futuros usuários, portadores de deficiência física, em decorrência de deformidade congênita ou adquirida, é que o IFRN deve repensar e rever algumas das suas questões de acessibilidade para as suas estruturas e ambientes, uma vez que, a ausência de projetos de acessibilidade e a presença de barreiras arquitetônicas tornarão essas pessoas cada vez mais excluídas da sociedade.

Em pergunta aberta introduzida ao questionário, foi possível que as pessoas entrevistadas deixassem sugestões para uma melhor condição de acesso e locomoção no Campus Natal-Central. Dentre as principais sugestões encerram-se:

- Colocação de corrimões em áreas de acesso;
- Barras nos banheiros;
- Bebedouros adaptados;
- Rampas próximas às quadras e no auditório principal;
- Vestiários e salas com portas largas o suficiente para cadeirantes;
- Aquisição de Cadeiras sanitárias higiênicas;
- Colocação de elevadores para portadores de deficiência;
- Instalação de placas informativas.

Diante das sugestões acima mencionadas, é possível identificar o quão está deficiente o acesso ao direito de ir e vir dos frequentadores portadores de deficiência do Campus Natal-Central do IFRN. Medidas de baixa complexidade, como colocação de placas, barras e corrimões ainda não estão à disposição dos seus usuários, na maioria das áreas de fluxo. Para as pessoas que apresentam uma deficiência ou limitação física, o exercício de sua cidadania pode significar uma batalha constante, considerando que a maioria dos espaços não estão adequados para a utilização desta parcela da população.

Foi procurando adequar-se às novas demandas sociais, que o IFRN, em 2010, buscou realizar uma série de modificações estruturais com o foco na acessibilidade dos seus usuários com necessidades especiais, conforme publicação no seu site oficial:

Reformas com foco na adaptabilidade

08/01/2010 - Campus realiza obras que devem melhorar sua infraestrutura

Pensando na facilitação do acesso a pessoas com necessidades especiais e visando melhorar o atendimento ao público interno e externo do IFRN, o Campus Natal-Central está realizando reformas em sua infraestrutura física. Muitas obras já foram iniciadas e a reforma completa deve estar pronta no início das aulas do primeiro semestre de 2010, dia 8 de março.

As obras do Campus da Av. Sen. Salgado Filho estão sendo executadas pelas três empresas que ganharam licitações públicas: TR Engenharia, Líder Engenharia e Coplanar. De acordo com informações da equipe de engenharia do Instituto Federal, as obras incluem o pastilhamento com cerâmica de toda a parte de trás da escola, para evitar infiltrações; colocação de novas janelas corredeiras no bloco C de salas de aula, instalação de projetores multimídia em todas as salas do mesmo bloco e a mudança na disposição das venezianas das janelas, que deverão melhorar a ventilação.

Além disso, serão três obras com foco na acessibilidade: uma rampa próxima à biblioteca Sebastião Fernandes (concluída), outra rampa na lateral do campo de futebol, que dá acesso às salas de aula do bloco D (iniciada), e a passarela na entrada do Campus, com piso mosaico, tátil e com rampas de acesso para cadeirantes (em fase de conclusão). Nesta última, os arquitetos preferiram manter o piso antigo (mosaico) em função da não-modificação do projeto arquitetônico original da escola.

No corredor que dá acesso aos laboratórios do Departamento Acadêmico de Tecnologia Industrial (DATIND) também está sendo feita uma reforma. Por causa desta obra, o acesso do Departamento de Informática (DATINF) será

realizado pelo prédio de Segurança de Trabalho (antigo DAGESC).

Confira a lista de reformas que estão em andamento ou devem ser iniciadas:

- Reforma e adaptação das esquadrias de alumínio
- Instalação de toldos
- Ampliação da subestação
- Adaptação do arquivo permanente
- Adaptação do hall e adjacências da DAGESC
- Reforma e ampliação da sala dos servidores
- Recuperação dos reservatórios de água
- Adaptação da biblioteca
- Construção de uma bateria de banheiros
- Revestimento cerâmico
- Adaptação da Manutenção
- Recuperação da passarela de pedestres
- Pintura das paredes externas
- Rampa entre a biblioteca e o ginásio de esportes
- Reforma de ampliação do Departamento de Construção Civil
- Reforma e ampliação do Departamento de Informática

Porém, de acordo com a pesquisa e as informações nela coletadas, ainda existe uma gama de necessidades não atendidas, que devem ser providenciadas e gerenciadas de forma a minimizar os níveis de insatisfação verificados pelos usuários portadores de deficiência física do IFRN, Campus Natal-Central.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até pouco tempo, antes da criação do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Campus Natal-Central, que ocorreu em 2008, não havia na instituição um projeto que considerasse as diferenças físicas dos seus usuários. Só a partir das constantes reclamações e clamores, muitos decorrentes da criação da Lei n. 10.098/2000, e apenas a partir do ano de 2010, começaram uma série de reformas estruturais, como forma de minimizar as insatisfações e tentar se adequar às novas demandas por direitos iguais.

Porém, as mudanças físicas não foram suficientes e contemplaram apenas algumas áreas do Campus onde, empiricamente, os dirigentes de então acharam necessário adaptar. Como resultado, as pessoas com deficiência física não foram atendidas a contento, e continuaram sem usufruir do seu direito de ir e vir na sua plenitude.

Com presente estudo, permitiu-se observar que ainda resta um grande caminho a se percorrer dentro do âmbito do IFRN – Campus Natal-Central, em busca de se alcançar um tratamento igualitário entre portadores de deficiência e as demais pessoas que ali frequentam.

E a acessibilidade, que é uma característica básica que expressa qualidade de vida, deve se fazer presente, em todos os ambientes, pois é por meio dela que, a maioria das pessoas terá condições de alcançar e desfrutar de forma independente, natural e isonômica, dos espaços público e privado das cidades, quer sejam em áreas construídas ou naturais.

Nós dias de hoje, existe uma tendência para que cada vez mais se destinem recursos para investimentos e criem-se políticas públicas para promover a acessibilidade, como forma de garantir o pleno exercício da cidadania dos portadores de deficiência física. Para tanto, é necessário que estes investimentos

sejam feitos baseados em estudos, onde se verifiquem a real necessidade dos PDF's, para que não haja desperdício de tempo, retrabalho e recursos.

Com esse estudo foi possível identificar uma série de limitações existente nas dependências do IFRN – Campus Natal-Central para os PDF's, com isso viabiliza-se de forma mais objetiva novas pesquisas para adaptação e implementação de uma política pública que atenda os anseios dos usuários de forma digna e integral. Chamando assim, a atenção dos gestores, para que se tenha uma maior atenção voltada ao tema.

**ANALYSIS OF ACCESS POLICIES FOR physically disabled :
a vision in Rio Grande do Norte Federal Institute**

ABSTRATC

The objective of this research is to identify the difficulties that students feel handicapped in the exercise of the right of movement within the IFRN. A quantitative research study was collected information on the conditions of access and permanence of these students. It was possible to observe the effectiveness, scope and degree of satisfaction of the application of that inclusive measure forward students Physically Handicapped with limited mobility. There is still no process of awareness by the IFRN in order to seek the inclusion of these users on the Bank's environment. This study explains the lack of structure, information and condition to the needs of the population of Campus People with disabilities analyzed, which requires a lot of training and lectures on the subject in order to minimize the lack of information and improve the quality of life of its members

KEYWORDS: ACCESSIBILITY. PHYSICALLY HANDICAPPED. IFRN. ACCESSIBILITY POLITICS.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Claudia Rosa. **Monografia no curso de Administração: guia completo de conteúdo e forma**. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

BARBOSA, Rui. **Oração aos moços**. Edição popular anotada por Adriano da Gama Kury. 5. ed. Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997.

CARVALHO, R. E. **Uma promessa de futuro**: aprendizagem para todos e por toda a vida. Porto Alegre: Mediação, 2002.

CERVO; A.L. BERVIAN, P.A. **Metodologia científica**: 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

IBGE. **Escolas despreparadas para o aluno especial**. Porto Alegre: Zero Hora, 22 abr. 2005. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>>. Acesso em: 03 set. 2013.

DEMO, Pedro. **Introdução à Metodologia da Ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira; COHEN, R. Afeto e Lugar: a construção de uma experiência efetiva por pessoas com dificuldade de locomoção. **Anais do Seminário Acessibilidade no Cotidiano**. CD-ROM. Rio de Janeiro, 2004.

_____. Proposta de Metodologia de Avaliação da Acessibilidade aos Espaços de Ensino Fundamental. São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <processo.fau.ufrj.br/artigos/Acessibilidade%20em%20Escolas%20NUTAU%202006.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2013.

FEIJÓ, Alexsandro Rahbani Aragão. **Direitos humanos e proteção jurídica da pessoa portadora de deficiência**: normas constitucionais de acesso e efetivação da cidade à luz da Constituição Federal de 1988. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

GIL, Antônio, Carlos. **Como elaborar**: projetos de pesquisa. 45. ed. São Paulo: Atlas, 2002.



LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Mariana de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**: procedimentos básicos, pesquisas bibliográficas, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

LORENZINI, M. V. **O papel do fisioterapeuta em classe especial de crianças portadoras de deficiência física**. Fisioter. Mov. v. 4, 1992. p. 17-25.

McCARTHY, E. Jerome e PERREAULT Jr., William D. **Marketing Essencial**: uma abordagem gerencial e global. São Paulo: Atlas, 1997.

MATTAR, F.N. **Pesquisa de marketing**. São Paulo, Atlas, 1996.129p.

Município e Acessibilidade. Rio de Janeiro: CORDE, 1998.

NETO, Antônio .R. **Direitos do portador de necessidades especiais**. São Paulo: Fiúza, 2002, 361p.

TRIBUNA DO NORTE. **RN tem alto índice de deficiência**. Disponível em: <<http://tribunadonorte.com.br/noticia/rn-tem-alto-indice-de-deficiencia/218857>>. Acesso em: 24 fev. 2013.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo, **Projeto de estágio e da pesquisa em administração**: guia para estagiários, trabalhos de conclusão, dissertação e estudos de casos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SAMARA, Beatriz; BARROS, Jose Carlos. **Pesquisa de marketing**: conceitos e metodologia. São Paulo: Makron Books, 1997.

SOUSA, Zélia Lopes de. **Os entraves na promoção da acessibilidade em Diamantina**: uma abordagem das vias públicas do sítio tombado pelo IPHAN. Monografia, 118 p. Diamantina: UFVJM, 2011.